

www.sindpd-df.org.br / sindicato@sindpd-df.org.br

DF DADOS

Filiado à
CUT
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
e à FENADADOS
f sindpddf.sindpddf.7

Edição
nº 137

Set/Out
de 2016

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do DF

REGULAMENTAR É PRECISO

SINDPD-DF promove debate inédito
e traz a categoria para refletir





EDITORIAL

Os desafios se acirram

Ao iniciarmos o ano de 2016, em sessão solene na Câmara dos Deputados para comemorar os 30 anos do SINDPD-DF, levantamos mais uma vez a bandeira de luta pela regulamentação da profissão.



Nossas vozes estão sendo ouvidas e neste mês de setembro realizamos um seminário em Brasília, para discutir com os trabalhadores de TI, a necessidade e importância de regulamentar a profissão. Estamos construindo alianças e aglutinando apoios para nossa causa.

Os trabalhadores precisam se engajar nessa luta e atender as convocações do SINDPD-DF, pois esse projeto é da categoria e precisamos ser os atores principais dessa discussão.

Nesta edição você vai ler uma matéria especial sobre o seminário e as discussões principais sobre o tema e, ainda, várias outras notícias para bem informar o trabalhador.

Em novembro, ainda teremos um congresso para discutir a previdência, aposentadoria e a terceirização, assuntos que estão em voga e tramitando com urgência no Congresso Nacional. Participe!

Convido os trabalhadores para o nosso 6º Torneio de Futebol nos dias 22 e 23 de outubro. Vamos comemorar o Dia do Profissional de TI com muito esporte e saúde.

Boa leitura e até lá!

Djalma Ferreira
Presidente do SINDPD-DF

EXPEDIENTE

SINDPD-DF

Setor Comercial Sul – Qd. 01, Bl. K, nº 3, Salas
1103/1104 – Ed. Denasa - Asa Sul, Brasília – DF
(61) 3225-8089 Fax: (61) 3226-4339
sindicato@sindpd-df.org.br
www.sindpd-df.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

DJALMA ARAÚJO FERREIRA

Presidente

EDSON SIMÕES CORRÊA

Secretário-geral

MARCELO LUIZ DE BARROS

Diretor Administrativo e Financeiro

EUDES RODRIGUES DA SILVA

Diretor de Divulgação e Imprensa

MARIA DO SOCORRO NEVES SANTOS

Diretora de Saúde e Condições de Trabalho

MARLI APARECIDA DE OLIVEIRA

Diretora de Informática e Assuntos Profissionais

ALBENES FRANCISCO SOUZA

Diretor de Formação Política e Profissional

CLAUDINEI PIMENTEL DA ROCHA LOPES

Diretor de Relações Sindicais

ANTÔNIA MARIA PONTES FERNANDES DE OLIVEIRA

Diretora de Assuntos Jurídicos

DIRETORIA PLENA

ROSA MARIA MONTEIRO DE BARROS ALMEIDA

LEITE DIAS (In memoriam)

PAULO ROBERTO RAMOS SOARES

OSIEL ROCHA DE JESUS

JOÃO BATISTA DE BARROS

ELAINE CRISTINA LEMES DA SILVA

FRANCISCA DAS CHAGAS FERREIRA

CONSELHO FISCAL TITULARES

ISMAEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA

LEONARDO DE OLIVEIRA LINHARES

ÉLIA GONZAGA DE CARVALHO

CONSELHO FISCAL SUPLENTE

DENILSON IVALDO SILVEIRA SANTOS

ELENICE NUNES DE PAULA CARDOSO

JAIRO DA SILVA CARVALHO

REDAÇÃO, REVISÃO, EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Repanse

Fotos: Marcelo Lima/Depositphotos.com

Tel.: (61) 3038-9392

repense@agenciarepense.com

www.agenciarepense.com

Tiragem: 8 mil exemplares

As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

DF
DADOS



REGULAMENTAR É PRECISO

SINDPD-DF promove debate inédito e traz a categoria para refletir

O SINDPD-DF promoveu no dia 13/9, o “Seminário Regulamentação da Profissão: desafios e direitos dos trabalhadores de TI. Regular é preciso?”, para discutir com a categoria a necessidade ou não de uma regulamentação.

O evento contou com os palestrantes Antonio Neto, presidente do SINDPD-SP; Carlos Castro, analista de sistemas e um dos idealizadores do projeto e substitutivo de regulamentação da Fenadados; Guilherme Renno, assessor legislativo da Fenainfo; e Rosane Cordeiro, diretora de Tecnologia da Informação e Comunicação da Fenadados.

Os palestrantes representantes dos trabalhadores à mesa foram todos favoráveis a regulamentação, exceto a Fenainfo, entidade dos proprietários de empresas em TI.

E a pergunta ficou no ar, por que os empresários do setor e a academia são contra a regulamentação?

MERCADO SEM LEI

Para a diretora da Fenadados, Rosane Cordeiro, o mercado sem regulamentação propicia a precarização das relações de trabalho, a desvalorização profissional com pisos salariais muito baixos e o aumento da contratação de Pessoas Jurídicas, o adoecimento dos trabalhadores, entre outros.

Com a regulamentação, a diretora acredita no fortalecimento das relações de trabalho, melhor organização dos trabalhadores, combate ao déficit de profissionais e estímulo aos novos talentos.

“Nesses nossos anos de luta conseguimos um importante avanço para a saúde do trabalhador, a mudança do texto da NR17 com a inclusão das Lesões por Esforço Repetitivo (LER’s) no rol de doenças da previdência social (como por exemplo tendinites, tenossinovites, bursites, entre outras)”, destaca Rosane Cordeiro.



DIFICULDADES PARA REGULAMENTAR

O presidente do SINDPD-SP, Antonio Neto, apresentou as dificuldades políticas ao longo desses anos para a aprovação do projeto da regulamentação, assim como fez um apanhado histórico das tramitações na Câmara e no Senado.

Para Neto há três formas de regulamentar:

- 1) Com conselho da categoria
- 2) Sem conselho da categoria
- 3) O exercício e cadastramento sob a responsabilidade do sindicato.

“Concordo com a Rosane quando fala que devemos levantar uma interrogação sobre o porquê do patronato e da academia defenderem a não regulamentação da profissão”, afirma.

Neto defende a regulamentação com o conselho de classe, com profissional de TI de nível superior e profissional de TI de nível técnico, pois acredita que dessa forma será possível organizar o mercado e a categoria.

REGULAMENTAR SIM, MAS SEM CONSELHO CARTORIAL

O analista de sistemas e um dos idealizadores do projeto e substitutivo de regulamentação da Fenadados, Carlos Castro, defendeu a regulamentação sem o conselho nos moldes atuais.

O conselho de classes é uma autarquia especial ou corporativa, com poderes delegados pela União para fiscalizar os trabalhadores de profissões regulamentadas de uma determinada categoria, em prol da defesa da sociedade, sendo obrigatório o pagamento das anuidades sob pena de o profissional inadimplente não ter permitida sua atuação. Essa majoração de anuidades e taxas, por exemplo, não está sujeita a controle externo e que limite o poder desses conselhos.

O conselho ou associação civil proposto pela Fenadados é para certificar habilitações e capacidades e fiscalizar as ações dos profissionais, mesmo de quem não seja participante, e utiliza os meios legais para efetivar punições e buscar reparações aos maus profissionais e aos entes que agem com desconformidade. Isso é feito de forma compartilhada e caberá à sociedade a escolha por um trabalho certificado e fiscalizado por esse conselho ou trabalhos sem as conformidades técnica e ética que podem prejudicá-la.



“A nossa categoria, que luta há tantos anos pela regulamentação e vivência as transformações pelas quais o Brasil e o mundo passaram, para as quais são centrais a TI, tem o dever de ser mais criativa e democrática propondo um “modelo” muitíssimo melhor do que o modelo existente. É exatamente o que a Fenadados e os seus sindicatos estão fazendo com o Projeto dos Trabalhadores e Trabalhadoras de TI”, explica Castro.

O QUE É REGULAMENTAR A PROFISSÃO DE TI?

É criar uma lei para a categoria que definirá quem é o trabalhador de TI, quem pode trabalhar na profissão, qual a formação exigida, as principais atividades/campos de atuação, entre outros. Nela estão os direitos e deveres do trabalhador e dos empregadores.

Para a elaboração dessa lei é fundamental que os trabalha-

dores de TI discutam algumas questões, como: quais as vantagens da regulamentação da profissão? Quais princípios devem orientar a regulamentação da profissão? Deve haver ou não os Conselhos Profissionais? O exercício profissional deve ser realizado somente por profissionais que possuem diploma, pelos autos didáticos ou pelos dois casos? Como as certificações podem ser inseridas no exercício profissional? Quais os projetos de lei que a categoria elaborou? A categoria sozinha consegue aprovar a lei da regulamentação?

“As discussões atuais demandam outras complexidades diferentes de 30 anos atrás. Temos que pensar na questão do direito de propriedade desse trabalhador, que na maior parte das vezes são apropriados pelos capitalistas para aumentarem a sua riqueza e sem participação nenhuma de quem produziu”, destaca Djalma Ferreira, presidente do SINDPD-DF.

Minha opinião

“

A discussão sobre a regulamentação da profissão foi muito interessante para mim. Eu venho de uma outra área e chego agora em TI. Já tinha ouvido que a situação para nós, trabalhadores, não é muito favorável devido a falta de regras para a contratação, a constante utilização de pagamento através de pessoa jurídica para os funcionários, e a ausência de definição de piso salarial tanto no nível técnico quanto no nível superior.

Foi interessante ver a história da luta desta classe e, ao mesmo tempo, a falta de interesse por parte das empresas em regulamentar a nossa atividade. Certamente acompanharei mais de perto e participarei desta caminhada rumo a conquista do que já deveríamos usufruir”.

Eduardo Garcia,
trabalhador de TI e estudante universitário

“

“Recentemente o SINDPD-DF organizou um seminário para debater a regulamentação e em sua página é divulgado o documento que apoia a regulamentação da profissão, sem impor restrições como diploma de curso superior ou comprovação de educação formal, o que é louvável, ao meu ver, visto que grande parte de nossos trabalhadores trabalham enquanto fazem graduação ou até nunca fizeram, visto que a Tecnologia da Informação está difundida em vários meios”,

José Marcílio Leite,
engenheiro de Software



Campanha Salarial Unisys: trabalhadores indignados com a postura da empresa

Os trabalhadores estão indignados com a postura da Unisys de desvalorização e golpe nos direitos conquistados há anos. A empresa está oferecendo reajuste salarial de 8%, abaixo da inflação. *“A proposta da Unisys é um reflexo de sua política arrogante. Vamos continuar empenhados em nosso pedido de 14% de reajuste e a manutenção de nossa pauta de reivindicação aprovada nas assembleias”*, afirma Elaine Cristina, diretora do SINDPD-DF e coordenadora da campanha Unisys no DF.

DISSÍDIO DAS EMPRESAS PARTICULARES

O SINDPD-DF comunica que no pagamento deste mês de outubro, 5º dia útil, deve vir o reajuste de 9,28% e a primeira de quatro parcelas do retroativo, acordo homologado no dia 24/08, na audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

O processo de dissídio coletivo das empresas particulares prossegue em tramitação no TRT, sem previsão de julgamento e sentença.

Os trabalhadores que não receberem no pagamento do mês de outubro o reajuste e o parcelamento devem fazer denúncia no www.sindpd-df.org.br. Em caso de descumprimento, o SINDPD-DF vai peticionar ao desembargador pedindo o cum-

primento do acordo com pena de multa.

Boletim da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) com informações do Ministério do Trabalho demonstra que mais da metade dos acordos de negociação salarial do mês de agosto foram fechados com índices abaixo da inflação, resultando em perda real para os trabalhadores.

“Mesmo sem uma mobilização mais enfática dos trabalhadores de TI, conseguimos fechar o índice da campanha com um reajuste de recomposição da inflação. Agora teremos que aguardar o julgamento das demais cláusulas no TRT”, explica Osiel Rocha, coordenador da campanha das particulares.

SINDPD-DF APOIA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA CÂMARA FEDERAL

Por iniciativa da deputada federal Erika Kokay (PT-DF) e com apoio de 200 parlamentares foi lançada, no mês de setembro, a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviço na Câmara. O presidente do SINDPD-DF, Djalma Ferreira, apoiou a iniciativa e compôs a mesa do lançamento.

Para a parlamentar, a criação da Frente Parlamentar servirá como baluarte às ações de promoção e defesa dos direitos

dos/as trabalhadores e trabalhadoras terceirizados/as da Casa, além de constituir-se em importante movimento para o enfrentamento político de propostas legislativas que ameaçam a manutenção de direitos já conquistados pela categoria.

“Temos muitos trabalhadores de TI como prestadores de serviço em diferentes empresas aqui na Câmara. Essa frente será de muita valia em nossa luta para garantir os direitos”, afirma Djalma Ferreira, presidente do sindicato.

SINDICATO ESTÁ AJUIZANDO AÇÃO CONTRA O SERPRO PARA RECOMPOSIÇÃO DO PAGAMENTO DO PRÊMIO POR PRODUTIVIDADE (14 SALÁRIO)

O SERPRO deixou de pagar o prêmio produtividade a partir de 1980, lesando todos os empregados, o que contraria a legislação trabalhista vigente. O SINDPD-DF está ajuizando reclamações trabalhistas individuais para os empregados da empresa, sindicalizados, que foram admitidos até o dia 27/05/1998. Documentos necessários para entrega ao Ju-

rídico do SINDPD-DF: RG, CPF, CTPS (cópia da área com foto, verso da foto e área do contrato de trabalho com o Serpro), 3 últimos contracheques, comprovante de residência, ficha de atendimento, declaração e procuração (esses três últimos documentos podem ser retirados no site do sindicato, www.sindpd-df.org.br).



CAMPANHA SALARIAL BBTS

Data-base no dia 1º de outubro. Trabalhadores da BBTS, neste mês se inicia a campanha salarial 2016/2017. Fiquem atentos as mídias do sindicato e as convocações para as assembleias. Participem, a responsabilidade pelo êxito nas reivindicações é de todos. Juntos Somos Fortes.

SINDPD-DF COMEMORA GRANDE NÚMERO DE ACORDOS DE PLR ASSINADOS E EM NEGOCIAÇÃO

Na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2015/2016, o sindicato conquistou a inclusão do pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para os trabalhadores de TI, em empresas com mais de 300 empregados ou que já concedam o benefício em outra filial em estado brasileiro.

A Direção do SINDPD-DF se empenhou e até o momento já foram assinados 11 acordos de PLR, quatro foram aprovados e aguardam assinatura, cinco estão em negociação, dois estão com as minutas sendo redigidas pelos empresá-

rios e três empresas foram acionadas na Justiça pelo descumprimento da CCT.

“Desde a assinatura da Convenção que abrimos a negociação com as empresas com o forte objetivo de fechar esses acordos e garantir o direito do trabalhador. Até o momento somente três empresas decidiram negar e partir para o descumprimento, que acreditamos será revertido no Judiciário em prol dos empregados”, afirma Claudinei Pimentel, diretor de Relações Sindicais do SINDPD-DF.

NOVOS CONVÊNIOS PARA O TRABALHADOR

ALUB

O sindicato celebrou convênio com o ALUB com descontos especiais, diferenciados e sensacionais para os filiados e seus dependentes em toda a rede ALUB, que inclui o colégio para ensino fundamental e médio, pré-vestibular, pré-PAS e concursos (turma Meritus).

Para obter o desconto é necessário imprimir a Carta Bolsa no site www.sindpd-df.org.br, carimbar no SINDPD-DF e ir até a unidade ALUB de interesse para efetuar a matrícula. No ato da matrícula apresentar algum documento de vínculo

com o sindicato, que pode ser o contracheque com o desconto da mensalidade.

IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO E GRADUAÇÃO

Nessa parceria educacional o instituto oferece desconto de 25% (Vinte e Cinco por cento) no valor de cada parcela, com pagamento até dia 10 de cada mês, nos cursos de pós-graduação e 20% de desconto nos cursos de curta-duração, que estiverem com inscrições abertas na vigência do convênio.

Mais informações em Convênios: www.sindpd-df.org.br.

Feliz Dia do Profissional de TI, 28 de outubro.



Um presente superespecial pra você!

O SINDPD-DF convida você, filiado, para curtir esse dia com esporte e saúde. Seja bem-vindo!

Informações: Osiel Rocha (61) 98122-9789 / osiel@sindpd-df.org.br

Ajude seu sindicato a ficar ainda mais forte. Convide um amigo para se filiar e somar forças com a gente. FILIAÇÃO, JÁ.

Preencha o formulário agora mesmo e faça do seu sindicato uma entidade mais forte.

Ficha de Filiação

Filie-se! Seja bem-vindo (a) à família SINDPD-DF.

Dados pessoais

Nome _____
CPF _____ RG _____ Data nasc. _____
Nacionalidade _____ UF nasc. _____
Estado civil _____ Sexo _____
Endereço _____
Bairro _____
Cidade _____ UF _____ CEP _____
Telefone residencial _____ Celular _____

Relação de trabalho

Empresa _____ Matrícula SIAPE _____
Local de trabalho _____
Função _____ Admissão _____
Matrícula _____ Telefone de trabalho _____
E-mail _____
Carteira de trabalho _____ Série _____ UF _____

Dependentes

Nome _____
Parentesco _____ Data nasc. _____
Nome _____
Parentesco _____ Data nasc. _____
Nome _____
Parentesco _____ Data nasc. _____

Obs.: é obrigatório preencher os campos de nome e e-mail. Após o envio desta ficha, você estará autorizando o desconto de 1% (um por cento) do seu salário. O SINDPD-DF entrará em contato com você o mais rápido possível. Na nossa página, você pode conhecer todos os descontos e como proceder para se beneficiar de nossos convênios.